

Acordo plurianual é possível, diz ^{Divida} Simonsen

19 OUT 1984
por Aldor Barbosa
do Rio

Os banqueiros internacionais não deverão colocar obstáculos à intenção brasileira de fazer uma renegociação plurianual da dívida externa. Essa é a impressão do ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen, que voltou dos Estados Unidos na quarta-feira, onde foi homenageado como a "personalidade do ano no continente" pela Sociedade das Américas e participou da reunião mensal do conselho de administração do Citibank.

Simonsen manteve contatos com banqueiros internacionais, inclusive com William Rhodes — vice-presidente do Citibank e coordenador do comitê de assessoramento para a renegociação da dívida brasileira — e acha que os banqueiros estão bem impressionados com o Brasil. "Eles estão admirados com o excelente desempenho do setor externo da economia neste ano", disse Simonsen.

Por isso, o ex-ministro não vê obstáculos para uma renegociação envolvendo as amortizações dos próximos anos. Ao mesmo tempo, Simonsen vê condições concretas para uma redução dos custos financeiros pagos pelo País — menor "spread" —, mas não quis quantificar para qual nível esses custos seriam reduzidos. "Isso vai depender da negociação que for feita", colocou.

Sobre a questão de "dinheiro novo", Simonsen concorda com as projeções de que talvez o País não

precisará de créditos em moedas dos bancos comerciais. "É evidente, porém, que precisaremos de empréstimos de organismos oficiais de crédito, como o Banco Mundial, BID e o próprio FMI", ressaltou. Além disso, ele acha "possível" que o País obtenha uma ampliação das linhas de créditos comerciais alocadas ao País pelos bancos internacionais. "Há espaço para a ampliação desses créditos", afirmou.

De qualquer forma, todos esses acordos a serem feitos na próxima rodada deverão ser ratificados pelo próximo governo, na visão de Simonsen. "A negociação será com o atual governo, mas o novo presidente certamente terá de ratificar o acordo", complementou.

Para o representante da União de Bancos Suíços, Norbert Miller, esse tipo de renegociação — envolvendo os vencimentos de vários anos — seria efetivamente bem recebido, "pelo menos pelos banqueiros europeus". Sobre a questão de "dinheiro novo", porém, ele coloca em dúvida a estratégia do governo brasileiro. "Eu, sinceramente, não tenho muita segurança de que o País não vá precisar de mais dólares em 1985", observou. "Para os banqueiros, evidente, é melhor não dar novos empréstimos em moeda, mas talvez os recursos que o País acumulou, neste ano, não sejam suficientes até dezembro do ano que vem", ressaltou.

CETICISMO

Já o economista Roberto Castello Branco, diretor da Corretora Escritório Levy, mostrou-se cético quanto a esse tipo de acordo que o País estaria disposto a levar avante. "Centrar fogo na renegociação plurianual não é a estratégia que interessa ao Brasil e sim apenas aos banqueiros", aponta. No seu modo de ver, esse esquema plurianual atendeu bem às necessidades do México porque aquele país tinha uma estrutura ruim em termos de perfil da dívida. "No caso brasileiro, a situação não é tão complicada", observou.

Por isso, Castello Branco acha que o governo brasileiro deveria preocupar-se mais em conseguir recursos novos ao País, mesmo sendo através de linhas de crédito comerciais. "O que nós conseguimos neste ano foi bom, mas não é suficiente para dar tranquilidade a ninguém. Da mesma forma que acumulamos uma caixa de US\$ 6 bilhões rapidamente podemos perder esses dólares em poucos meses", advertiu.